

Formação e consolidação do episcopado monárquico: debates e interpretações sobre o papel do bispo na Antigüedad Tardia

Formation and consolidation of the monarchical bishopric: debates and interpretations about the role of the bishop in Late Antiquity

ACERBI, S.; MARCOS, M.; TORRES, J. (Ed.). *El obispo en la Antigüedad Tardia: homenaje a Ramón Teja*. Madrid: Editorial Trotta, 2016. 364 p.

Carolline da Silva Soares*

Recebido em: 10/02/2017
Aprovado em: 02/04/2017

O livro *El obispo en la Antigüedad Tardia*, organizado por Silvia Acerbi, Mar Marcos e Juana Torres e publicado pela editora Trotta, configura-se como uma obra coletiva, composta por trabalhos de vinte investigadores e professores universitários de História Antiga e Filologia Clássica de universidades espanholas, tendo sido concebido como uma homenagem ao professor e catedrático da Universidad de Cantábria, Ramón Teja, por ocasião de sua aposentadoria, em 2014. A escolha do tema, como esclarecem as organizadoras, se deveu a dois motivos principais: 1) ao fato de a figura do bispo cristão, na Antigüedad Tardia, constituir um dos objetos aos quais Ramón Teja dedicou especial atenção como antiquista; e 2) ao fato de a obra do homenageado constituir uma referência do alto nível investigativo e científico que alcançaram os estudos espanhóis acerca do cristianismo e da Antigüedad Tardia. Os autores que contribuíram para a obra sempre dedicaram grande parte de sua atividade de pesquisa a estes temas.

* Doutora (2016) e mestre (2011) em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), atuando em pesquisas vinculadas à História do Cristianismo. Atualmente, é Professora Associada do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir/ES) e pós-doutoranda pelo PPGHis/Ufes, sob a supervisão do Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva e contando com apoio da Capes.

Alguns desfrutaram, direta ou indiretamente, dos ensinamentos de Ramón Teja e todos eles compartilham amizade e apreço pelo trabalho intelectual do mestre.

Organizado em vinte artigos, além da apresentação e da *laudatio* a Ramón Teja, escrita por José Fernández Ubiña, o livro reúne variadas interpretações sobre o papel do bispo, cerimônias, rituais, conflitos e situações das mais diversas em que a figura do *episkopos* estava presente e/ou se fazia imprescindível, explicitando assim, para o leitor, a multiplicidade de papéis desempenhados pelo bispo no contexto da Antiguidade Tardia.

A documentação utilizada pelos pesquisadores é múltipla e variada, perpassando os escritos neotestamentários, as obras dos “Padres da Igreja” e a literatura apócrifa cristã. O recorte cronológico engloba o período da Antiguidade Tardia, que pode variar de autor para autor, mas que, *grosso modo*, vai do século IV ao século VI d.C. Por sua vez, o espaçamento geográfico diz respeito tanto à parte oriental quanto à ocidental do Império. É nesse contexto de debates e interpretações sobre o bispo na Antiguidade Tardia que se localiza a obra aqui resenhada. Concedemos atenção, em particular, a alguns artigos, dentre os vinte publicados na obra, como maneira de dar uma amostra dos trabalhos expostos e da qualidade que possuem.

O primeiro capítulo, denominado *Origeny consolidación de le episcopado monárquico*, escrito por José Fernández Ubiña, reconstrói historicamente a genealogia e funções do episcopado a partir de uma releitura crítica de três *corpora* documentais: os escritos do Novo Testamento, os textos agrupados sob a rubrica de “Padres apostólicos” e a primeira literatura apócrifa cristã. O autor investiga a organização eclesial e a consolidação da hierarquia cristã que, num primeiro momento (século II), era constituída por três posições eclesiásticas superiores: bispo, presbítero e diácono, e como tal hierarquia se consolidou com a política de Constantino a favor do clero. Analisando os escritos de Clemente de Alexandria, Jerônimo, Eusébio de Cesareia, Clemente Romano, entre outros, que nos dão pistas acerca da afirmação do episcopado monárquico no Império Romano, o autor afirma que “o que as fontes antigas mostram é uma evolução lenta que levou, por caminhos diversos segundo as regiões, a uma crescente uniformidade organizativa, já perceptível em inícios do século II, que se caracterizaria, antes de tudo, pela autoridade suprema de um bispo em cada comunidade” (FERNÁNDEZ UBIÑA, 2016, p. 41). Segundo Fernández Ubiña, as querelas internas à Igreja foram decisivas para a consolidação do sistema episcopal, como, por exemplo, aquelas relacionadas ao enfrentamento com os grupos gnósticos e os problemas ocasionados pelas perseguições, ou seja, em tempos de debates e repressão, a concentração de poder nas mãos de somente um indivíduo, o bispo, demonstrou ser a melhor opção para superar as situações difíceis e afirmar a unidade da Igreja.

No capítulo *El obispo y los concilios*, Silvia Acerbi desenvolve um estudo acerca dos concílios e sobre o protagonismo desempenhado pelos bispos nas reuniões conciliares ocorridas no Oriente e no Ocidente entre os séculos II e V. A instituição conciliar, segundo a autora, aparece, desde o início, unida à figura do *episkopos*, que afastou, progressivamente, outras figuras rivais, como as carismáticas, no século II, e os denominados “confessores”, surgidos no século III, após as perseguições. Como demonstra o texto de Eusébio de Cesareia, *História Eclesiástica* – uma das fontes documentais utilizada pela autora –, os concílios foram, desde o início, assembleias legislativas que trataram de temas disciplinares ou dogmáticos, característica que nunca foi perdida. Além disso, outro ponto destacado por Acerbi é que as assembleias de bispos e clérigos se inspiraram nos procedimentos legais que regiam as sessões do Senado romano e das cúrias das cidades greco-romanas, inclusive em relação ao vocabulário jurídico utilizado. Com Constantino, os bispos foram acionados como instrumentos privilegiados de sua política religiosa e eles foram equiparados aos altos funcionários do Estado. De tal forma, se o imperador recorreu aos bispos e convocou assembleias conciliares, foi porque se tratava de uma instituição já plenamente consolidada na Igreja preconstantiniana, ressalta a autora. Constantino, assim, utilizou os bispos e os concílios a seu serviço para executar sua política religiosa – continuada por seus sucessores, com exceção de Juliano.

Gonzalo Bravo, no capítulo *El obispo e los conflictos sociales*, destaca a posição do bispo ante os conflitos sociais ocorridos na parte ocidental do Império durante a primeira metade do século V. O autor afirma que, ainda que o número de bispos ligados a conflitos de uma ou outra índole – querelas internas, disputas doutrinárias, eleições episcopais, subornos, corrupção, entre outras – seja alto, são poucos os casos documentados que relacionam os bispos aos denominados conflitos sociais. Isso ocorre porque, em muitos casos, tais conflitos não passam de querelas religiosas ou ideológicas e, logo, não foram vistos como conflitos sociais. Diante desse paradoxo, o autor assinala que, mesmo que os enfrentamentos teológicos e religiosos não tenham mobilizado grandes massas da população ou tenham pretendido a transformação da estrutura social, eles não ficaram à margem da sociedade e que, em muitos casos, as desordens de âmbito religioso potencializaram os conflitos sociais já existentes. Para justificar a sua ideia central, Bravo destaca três tipos de eventos em que o *episkopos* se faz presente: como autoridade local, como mediador e como parte do conflito. Em suma, segundo o autor, até meados do século V o bispo já ocupava um lugar de preeminência na estrutura sociopolítica da cidade tardo-antiga e sua intervenção nos conflitos revela que o seu poder e prestígio social superavam os limites da instituição eclesiástica.

No capítulo *El obispo y el patrimonio eclesiástico*, Carles Buenacasa Pérez evidencia as características da gestão episcopal na porção ocidental do Império, entre os séculos III e V, uma vez que para as sedes orientais já existem vários trabalhos sobre o tema. Segundo o autor, muitos e variados foram os procedimentos que permitiram cada sede eclesial criar o seu próprio patrimônio. Por esse motivo, existiam muitas diferenças relacionadas à gestão patrimonial entre as igrejas orientais e ocidentais. Buenacasa Pérez supõe que, em muitos casos, os imperadores consideravam o patrimônio eclesiástico como uma espécie de extensão da propriedade pública, porém, os bispos não viam da mesma forma, pois uma parte cada vez maior do dito patrimônio procedia de doações de particulares e, portanto, não poderia ser classificado como “estatal”. Por essa razão, muitos bispos procuraram defender sua autonomia e independência em relação à titularidade e administração das propriedades frente às pretensões intervencionistas do Estado. A Igreja deu muita importância à posse de um variado e rico patrimônio, uma vez que, segundo o autor, estava inserida em um mundo em que a capacidade de aparentar riqueza resultava em capacidade de intervenção na arena política. Por isso o setor eclesiástico não poderia mostrar-se inferior em relação à arena política municipal e estatal. De tal modo, possuir entradas de dinheiro e recursos agrícolas garantiria a prática da caridade e a fidelização dos setores marginais da comunidade. Isso provocou o deslocamento da ideologia imperial, concebida por Augusto, de que o imperador era o *pater patriae*, que acabou sendo monopolizada pelo bispo e seus representantes.

Outro capítulo que destaca o papel do bispo no período da Antiguidade Tardia é *El obispo como líder ciudadano*, de Santiago Castellanos, que nos oferece uma breve, porém profícua, visão do processo que levou o bispo a se tornar uma figura de grande liderança cívica no Império Romano tardio e nos *regna* bárbaros. O autor afirma que o bispo, como figura histórica, é um produto da história e das transformações de Roma e que a figura episcopal atuava em todas as esferas: política, econômica e religiosa. O processo de construção da liderança episcopal não foi uniforme, como ressalta Castellanos, mas sim marcado pela heterogeneidade e diversidade, por um lado, e diacronias e transformações, por outro. Apesar de alguns documentos nos darem uma visão contrária, a hegemonia dos bispos e sua preeminência cívica não foram o resultado de um processo linear, mas sim uma transformação complexa, marcada por uma dicotomia entre a imagem e a realidade da liderança episcopal. Como mencionado pelo autor, nas fontes documentais há diversas alusões aos bispos como construtores, agentes de caridade, catalizadores da liturgia, dos festivais, das cerimônias, das procissões, só para citar algumas características imputadas ao *episkopos*.

No capítulo intitulado *El "funus episcoporum" y la "santificación" del obispo*, Pedro Castillo Maldonado tem como ponto de partida a morte cristã, especificamente a morte do bispo, os rituais de seu funeral e sua santificação relacionada à *fama sanctitatis*. Apesar de serem considerados assuntos distintos, *funus episcoporum* e "santificação" são temas que se relacionam: no *funus episcoporum* se manifesta a *fama sanctitatis* adquirida em vida e que contribui para a "santificação" póstera. A estas duas temáticas relacionam-se, também, a *translatio reliquiae*, considerada uma reformulação da cerimônia do *adventus* imperial, verdadeira expressão do *consensus uniuersorum*, que fazia do santo – por meio de suas relíquias – o protetor da cidade. Segundo o autor, a morte do bispo não era considerada uma morte a mais, e sim um autêntico *dies natalis*. A natureza do bispo era singular, pois ele era tido como um ser venerável, sagrado e, por isso, depositário de poderes extraordinários. Ele poderia operar desde a sua tumba e seus restos mortais não eram encarados como os de um cadáver comum, mas sim como um vaso de sacralidade.

Tomando como referência o período a partir de Constantino, María Victoria Escribano Paño analisa, no capítulo intitulado *El obispo y los heréticos*, a intervenção do bispo em relação ao arrependimento, à confissão e à delação dos heréticos e como essas práticas, além de estarem condicionadas ao temor às leis, instrumentalizaram os bispos para acabar com os dissidentes, levando doravante os heréticos à adesão à nova comunidade. A partir do momento em que Constantino incorporou o discurso heresiológico às leis, os bispos foram os encarregados de distinguir entre ortodoxos e hereges – novacianos, valentinianos, marcionitas, paulinistas, catafrigas, entre outros – antes de entregá-los aos funcionários imperiais para que estes aplicassem as medidas previstas nas leis. Escribano Paño pretende, assim, demonstrar que o temor às leis e a intervenção do bispo estavam correlacionadas e afirma que a criação do conceito legal de herético é inseparável da colaboração dos bispos. De tal modo, a comunhão com determinados bispos era o critério que permitia diferenciar o *christianus catholicus* do *haereticus* e, logo, os bispos foram os únicos com capacidade para estabelecer a ortodoxia ou heterodoxia de seus fiéis mediante a admissão ou exclusão da *communio*.

Representativo também é o capítulo de Raúl González Salinero intitulado *El obispo y los judíos*, no qual o autor apresenta a construção da imagem do bispo e a sua relação com a comunidade judaica. Mergulhados em um processo de "desjudaização" da mensagem cristã, iniciada na época neotestamentária, os bispos orientaram seu ensinamento doutrinal e a sua missão eclesial, sobretudo contra os elementos que podiam prejudicar a coesão identitária da comunidade. Tais elementos, considerados prejudiciais, eram representados por outras doutrinas cristãs – qualificadas como heréticas – e, especialmente o judaísmo, sobre o qual desejava-se marcar os limites que o separavam da nova religião. As fontes

documentais analisadas por González Salinero demonstram que o trabalho do bispo não se limitou ao púlpito, pois muitos deles instigaram e participaram diretamente de numerosos distúrbios promovidos contra os judeus. Mesmo que a persuasão tenha sido a melhor maneira de atrair judeus e judaizantes ao “bom caminho”, os bispos não descartaram o uso da força para tentar arrancá-los da “perfidia judaica”. Diante dessa realidade, o bispo deveria assumir com firmeza as obrigações pastorais e instruir adequadamente a *ecclesia* na “verdadeira doutrina” contra todo comportamento judaizante.

Em razão dos pontos de vista, interpretações e debates que nos oferece, além da alta qualidade científica com que foram elaborados os trabalhos que compõem a obra aqui resenhada, pensamos que ela alcançou, indubitavelmente, a finalidade proposta pelas organizadoras, qual seja, ser considerada uma importante referência nos estudos acerca do cristianismo e da Antiguidade Tardia no Império Romano.

Utilizando-se da figura do bispo, os autores conseguiram demonstrar com maestria as diversas facetas que essa figura eclesiástica possuía e as variadas funções que desempenhou no contexto tardo-antigo. Diante das exposições presentes na obra, podemos concluir que Ramón Teja tem razão ao afirmar que o bispo é uma espécie de poliedro, no qual, segundo o ponto de vista do observador, ele pode aparecer como um sacerdote, um político, um rétor, um jurista, um juiz, mas que o resultado final é sempre uma conjunção de todas elas, e que ele – o bispo – pode ser considerado a criação mais original do Império Romano em sua fase final, sendo a figura que, possivelmente, melhor caracteriza a sociedade tardo-antiga (BRAVO, 2016, p. 69).

Referências

- BRAVO, G. El obispo y los conflictos sociales. In: ACERBI, S.; MARCOS, M.; TORRES, J. (Ed.). *El obispo en la Antigüedad Tardia: homenaje a Ramón Teja*. Madrid: Trotta, 2016, p. 69-82.
- FERNÁNDEZ UBIÑA, J. Origen y consolidación del episcopado monárquico. In: ACERBI, S.; MARCOS, M.; TORRES, J. (Ed.). *El obispo en la Antigüedad Tardia: homenaje a Ramón Teja*. Madrid: Trotta, 2016, p. 37-51.